



Harem in madrePELLI, Kalikkio

As narrativas de viagem dos seiscentos: princípios, teoria e imaginário

MARINA JULIANA DE OLIVEIRA SOARES
Universidade de São Paulo, Brasil

RESUMO: O século XVII inaugura um período de viagens sistemáticas de europeus ao Oriente. Dentre eles, dois grupos se destacam: ingleses e franceses. Os textos resultantes de tais viagens, conhecidos como *travel literature* (literatura de viagem) ou *récit de voyage* (narrativa de viagem), comungavam, além do tema, princípios de organização textual. Dentro disso, busca-se, aqui, discutir os fundamentos de tais narrativas, assim como as possíveis relações estabelecidas entre essas narrativas, a Ficção e a História, e o espaço de criação imaginária sobre o harém.

PALAVRAS-CHAVE: narrativa de viagem, século XVII, teoria, Oriente, imaginário.

ABSTRACT: During the 17th-century, a large number of Europeans traveled to the East. Among them, two groups can be distinguished: English and French. The texts produced from these travels, known as *travel literature* or *récit de voyage*, shared, beyond the subject, principles of textual organization. In this sense, I seek to discuss the fundamentals of such narratives, as well as the possible relations between these narratives, Fiction and History, and the space of imaginative creation about the seraglio.

KEYWORDS: travel literature, 17th-century, theory, East, imaginary.



Após os sucessivos, mas, intermitentes contatos entre os cristãos do Império Romano e os árabe-islâmicos, ao longo da “Idade Média”, as relações entre essas sociedades ganham novos contornos, no início da Modernidade europeia. Isso se explica, em grande medida, pela presença física de europeus, em regiões do Oriente¹. Essas incursões tornaram-se mais volumosas, a partir do século XVII, com viagens comerciais, diplomáticas, aventureiras ou de cunho privado.

As viagens desse período destacam-se daquelas empreendidas em séculos anteriores, porque, além da peregrinação –bastante recorrente na “Idade Média”–, os objetivos haviam se alargado, assim como a produção textual derivada delas. A narrativa de viagem ia se constituindo num gênero literário, porque seus textos compartilhavam afora o mesmo tema –a viagem–, aproximações estruturais, que poderiam lhe ser características.

Os viajantes publicavam, com certa rapidez, os relatos derivados das viagens, e esses textos ganhavam, com frequência, traduções, ou versões² mesmo, a outros idiomas. Nesse cenário, era preciso que os leitores pudessem reconhecer, nesse tipo de texto, traços que pudessem diferenciá-lo de outros estilos textuais. A julgar pelas recorrentes apropriações de narrativas de viagens, feitas por outros viajantes, e por sua divulgação em jornais, é possível acreditar que esses textos possuísem grande circulação, no início da

¹ Ainda que o uso desse termo deva ser problematizado, optei por ele em razão de seu largo emprego, nas discussões teóricas das ciências humanas, atualmente.

² Como muitas dessas narrativas eram bastante modificadas, ao serem traduzidas a outro idioma, parece mais razoável falar em versões e não traduções dessas obras.

modernidade europeia.

Um dos problemas teóricos que se colocam, ao se debruçar sobre as narrativas de viagem, é o lugar textual ocupado por elas. Ou seja, como viajantes e leitores classificavam esse tipo de produção? Durante a Modernidade europeia, houve quem situasse tal conjunto discursivo entre a Ficção e a História³. Mas, como diria Ricoeur, esse “ecletismo preguiçoso” (1994: 134) pode deixar de revelar os pressupostos, as intenções e as configurações elaborados por essa narrativa.

A proposta desse artigo será, portanto, investigar os elementos teóricos que organizam uma narrativa de viagem, e, dentro disso, examinar a possibilidade de se afirmar sobre o seu *modus operandi*. Isso nos permitirá verificar em que medida seus instrumentos –tanto os da construção da narrativa, quanto os usados para tratar o objeto– dialogam, ou distanciam-se, da Ficção e da História.

Num segundo momento, pretende-se explorar a função das narrativas de viagem dentro do conjunto de representações sobre o Oriente, em particular, o harém. Como mostrarei adiante, esses textos podiam se distanciar das experiências práticas de seus autores, vividas em suas viagens. Por essa razão, as narrativas abriam espaço à fomentação de imagens não necessariamente relacionadas a um evento *real*. O resultado seria a criação de elementos corrompidos sobre o Oriente, ou seja, ideias parcial ou completamente inventadas sobre a sociedade em questão.

Uma narrativa de viagem buscava, num primeiro momento, divulgar ao público os resultados da experiência de seu autor, que viajava, normalmente, para um país pouco conhecido dos europeus. As narrativas expunham uma linguagem simples, atrelada ao destaque dado a temas pouco explorados na literatura. O que consistia, certamente, numa inovação na produção textual europeia. Daí a relativa rapidez com que vários desses textos eram impressos e traduzidos⁴.

É muito comum encontrar nesse tipo de literatura o empréstimo de ideias, presentes em outros viajantes. Os viajantes-autores citam, com frequência, as posições tomadas de obras anteriores, ou mesmo contemporâneas, para atestar a validade de suas afirmações. Mas, não são, apenas, citações literais que se podem encontrar aí. Os autores também mostravam suas discordâncias em relação a produções que lhes antecederiam.

Sobre isso, Henry Blount (1602-1682), advogado inglês, mostrou-se totalmente inflexível ao uso de

³ “[...] observers were finding travel accounts to be something less than history and much like fiction” (Adams, 1983: 86).

⁴ Para uma discussão sobre as mudanças nesse cenário literário, ver (Requemora, 2002).

outras narrativas textuais. Ao viajar para o Império Turco, e para o Cairo, a partir de 1634, Blount fez questão de afirmar a um amigo que não lançaria mão de tais obras porque as informações, nelas contidas, eram “erradas, presunçosas ou interesseiras” (MacLean, 2004: 127). O viajante queria, de outro modo, mostrar informações isentas de quaisquer interesses, que seriam acessadas através de sua própria experiência.

Eis o primeiro elemento, que une esse conjunto de autores: a experiência empírica. A validade da narrativa se baseava, fortemente, no fato de o autor ter viajado e vivido, por conseguinte, as experiências que ele relatava em seu texto. Aqui, haveria duas premissas inquestionáveis dessa literatura. A primeira se refere, não gratuitamente, a um fato: a viagem do autor. E, derivada daí, a atestação de que, em viajando, o autor experienciara os eventos descritos no texto.

É de se supor, por conseguinte, que o problema do empirismo, enquanto confirmação da verdade, tenha sido usado tanto a favor quanto contra os viajantes. Os autores das obras alegavam que a experiência implicava o acesso direto ao conhecimento dali derivado. Mas, havia quem dissesse –entre eles, os viajantes mesmos– que as informações relatadas em determinadas narrativas eram falsas. Era possível, ainda, encontrar quem fizesse uma gradação das informações obtidas nessas viagens. Em sua passagem por Jerusalém, na primeira década do século XVII, William Biddulph, clérigo protestante inglês, fez notar que os guias locais mostravam vários sítios, evocando informações duvidosas. Por isso, ele fazia a seguinte divisão acerca do que havia presenciado: “1. Verdades aparentes; 2. Mentiras manifestas; 3. Ou coisas duvidosas” (MacLean, 2004: 110).

O percurso da experiência não se encerrava no momento em que o viajante voltasse para sua terra de origem. Organizá-lo, fosse através da descrição literal, da seleção de eventos ou da remontagem dos fatos, era a sua próxima tarefa. Alguns viajantes poderiam narrar tais episódios, durante o percurso mesmo de sua viagem. Tem-se, aqui, o exemplo de Jean Chardin (1643-1713), que mantinha um “diário de bordo”, que ele chamava de *Mémoire* (McCabe, 2008: 113). Mas, havia também quem o fizesse, apenas, no retorno a seu país.

De uma maneira ou de outra, a experiência colocava ao viajante –talvez, não de forma deliberada– o problema da narrativa. Ou seja, ele precisaria transformar uma experiência empírica, à qual correspondem “enunciados de percepção”⁵, numa linguagem narrativa, que refletia a sua experiência e a de outros agentes

⁵ Pautando-se em Arhur Danto, Ricoeur defende que a linguagem da narrativa, ancorada em verbos do passado e “enunciados irredutivelmente narrativos”, implica, de algum modo, “uma *descrição metafísica* da existência histórica”, (Ricoeur, 1994: 206).

envolvidos no fazer histórico. O que nos leva a pensar nos *tempos*, que compõem essa narrativa: aquele que atravessa a construção do texto, e aquele relacionado à constituição dos eventos.

Ou seja, não seria possível ao viajante –agora, autor– alocar todos os eventos empíricos dentro da narrativa. O que o obrigava a lidar, no ato da escrita, concomitantemente, com o tempo de si próprio e com o tempo cronológico. Isto é, o viajante guardava em si a sucessão dos eventos presenciados. Mas, como tais eventos não existiam mais, caberia a ele narrá-los, enquanto um ato do presente.

Essa ideia se explica com maior clareza, quando nos voltamos para Ricoeur. Ou, antes, para Santo Agostinho, dentro da obra do pensador francês. Interessado na investigação da atuação do tempo sobre o sujeito, Agostinho nos dirá que a permanência do tempo (*manet*) é mais importante do que a sua passagem (*transire*). Portanto, é a nós que devemos retornar. Ou, em suas palavras, “a impressão que as coisas passando deixam em ti aí permanece (*manet*) depois de sua passagem, e é ela que meço quando está presente, não essas coisas que passaram para produzi-la” (Santo Agostinho *apud* Ricoeur, 1994: 37).

Isso nos ajuda a pensar na construção da narrativa de viagem. No centro de toda a produção desse gênero textual, estava o próprio viajante-autor. Pois, ele é quem decidiria, em última análise, quais personagens e episódios comporiam seu texto final. Dentro disso, não seriam as experiências “puras” que ganhariam versão em papel. Mas, o que permanecera de tais experiências no próprio viajante. O acesso a tais eventos não se dava de outra forma que através da memória.

Para Agostinho, “a espera e a memória ‘estão’ na alma” (Santo Agostinho *apud* Ricoeur, 1994: 38). Logo, o exercício de recordar deveria ser feito pelo sujeito, no tempo presente. A consciência desse ato talvez não fizesse parte de nenhuma das narrativas de viagens do século XVII. Mas, o processo, seguramente, foi conhecido –e exercitado– por muitos desses viajantes. A todos –e a cada um deles– coube a tarefa de rememorar a sua experiência empírica, e reorganizar os eventos sabidos, dentro do texto.

As experiências, contudo, não aconteciam fora desse mundo. Portanto, elas estavam atreladas ao tempo da História, ao tempo cronológico. Desse modo, os episódios lembrados possuíam relação com outros episódios –posteriores, anteriores, ou mesmo com os dois– e deveriam, assim, ser colocados dentro da narrativa. O enredo da narrativa –a menos que fosse reinventado pelo viajante– deveria demonstrar coerência e encadeamento entre os eventos.

Como um dos princípios da narrativa de viagem é o fato de que os eventos que ela contém se deram no passado, seria preciso verificar o que o passado consistia para tais viajantes. É possível pensar a

formatação do passado a partir de dois elementos distintos. Antes da escrita da narrativa, havia o passado da região visitada. Aqui, os viajantes mostravam, reiteradas vezes, a sua decepção diante das “ruínas” do Oriente. Fosse em razão das Cruzadas, fosse em razão dos domínios europeus em territórios árabe-islâmicos, o fato é que a presença europeia é sempre tomada como sinônimo de progresso. A sua ausência é vista, de outro modo, como sinal de decadência. Em sua viagem ao império turco e à Terra Santa, entre 1604 e 1605, o barão francês, Henry de Beauvau, lamenta-se intensamente pelo fato de Jerusalém estar sob o domínio dos infiéis. E conclama os cristãos a se unirem, novamente, na conquista da cidade (Beauvau, 1610: 198-199).

Esse passado, atrelado ao objeto de estudo do viajante, manifesta-se dentro das fronteiras da narrativa. Ou seja, o ato da escrita é sempre uma forma de reflexão sobre sua própria experiência. Eis a segunda formatação do passado. É certo que muitos desses autores acreditavam que a sua experiência poderia ser sinônimo do passado e que esse poderia ser *ipsis litteris* registrado. Mas, é possível afirmar, na mesma medida, que muitos deles desconfiavam das experiências de outros viajantes.

Há duas formas de encarar a relação entre passado e experiência. Se a experiência fosse tomada como uma representação fiel da realidade, sendo vista, portanto, como uma síntese dos eventos vividos, o passado seria olhado como equivalente à experiência do viajante. Se, por outro lado, os autores mostrassem a impossibilidade de se apreender, de forma integral e/ou plausível, um evento em curso, então, teríamos um problema de compreensão dentro dos próprios dados empíricos. Aqui, pode-se citar o exemplo dado pelo viajante François Bernier. Ao descrever os faquis, em sua viagem pelas Índias Orientais, entre 1670 e 1671, ele alerta: é “uma vida tão estranha, que eu não sei se vocês poderão acreditar” (Harrigan, 2008: 69).

Uma vez que o autor mesmo considera a possibilidade de o leitor não acreditar no que ele relata, levanta-se, aí, o problema do conteúdo de sua experiência. Em outras palavras, não se trata de uma mentira, ou de uma deturpação, fora do acontecimento vivido. Mas, do limite de apreensão do próprio acontecimento. Nesse caso, não seria possível fixar a experiência vivida como análoga ao passado.

As críticas em relação aos outros viajantes, no tocante às suas experiências, apareciam com frequência nesses autores. Mas, as suas narrativas não discutiam o problema da objetividade de seus relatos. Ou seja, não encontraremos, nos viajantes, um debate sobre a impossibilidade de se *apreender completamente* um evento. O que se observa, de outro modo, é em que medida determinado evento narrado poderia ser verdadeiro ou mentiroso.

A veracidade da narrativa de viagem tornou-se uma questão preocupante a muitos viajantes – e leitores também. Afinal, era preciso fazer com que as pessoas acreditassem que as informações de uma narrativa de viagem correspondessem, efetivamente, a uma experiência empírica, e que essa, em alguma medida, pudesse afirmar a autenticidade do que ocorrera no lugar visitado.

Se não bastavam, apenas, as informações trazidas por determinado autor, então, se poderia recorrer a um conjunto de relatos de outros viajantes. Essas alusões a outras narrativas eram usadas, normalmente, com a intenção de endossar determinado ponto de vista, ou para criticar a informação por eles defendida. Num caso ou em outro, é possível afirmar que essa literatura circulava intensamente entre os que empreendiam viagens.

No contato com as obras de outros viajantes, o viajante-autor estabelecia um cruzamento de informações, que poderiam ratificar sua experiência, acrescentar elementos a ela, ou ser mesmo discordantes dos eventos presenciados. Nos primeiros dois casos, o texto poderia tornar-se mais confiável aos leitores. E, uma vez assinalada uma informação discordante, o viajante mostraria que o seu texto deveria ser tomado como correto. O clérigo protestante inglês, William Biddulph, ajuda-nos a ilustrar os casos acima. Ele usa, sobremaneira, o texto do geógrafo francês, Nicolas de Nicolay (1517-1583), para construir sua narrativa. Mas, também pretende corrigir erros verificados em narrativas anteriores. Sobre isso, ele cita um peregrino inglês, Tymberley, que havia visitado a Terra Santa, antes dele. Biddulph, então, corrige os erros da obra, e diz ser uma “vergonha” que tal texto tivesse sido impresso (Biddulph *apud* MacLean, 2004: 53-54).

A rede de referências textuais é tamanha, que nos permite acreditar num modo sistemático de criação narrativa. Para citar determinado autor, era preciso conhecer sua obra. E, para confrontar um texto com aquele de outro viajante, era preciso o mínimo de pesquisa e construção argumentativa sobre o tema em questão. Ou seja, o trabalho do viajante não estava, apenas, em redigir um texto coeso, mas, em se debruçar sobre a crescente quantidade de informação impressa.

Nesse sentido, os textos eram construídos a partir de um cenário teórico-social, que considerava a necessidade de autenticação dos fatos, a recepção dos leitores e o impacto que tal obra poderia causar. Sobre esse último item, é preciso lembrar que as narrativas se construíam não apenas para informar os europeus sobre uma região pouco conhecida, mas também para guiar futuros viajantes. É assim que o padre Nicolas Gervaise via seu texto, publicado em 1688. Dizia ele aos interessados em viajar para o Sião que “a segunda parte [desse livro] lhes dará um perfeito conhecimento dos costumes e inclinações daqueles

com quem eles vão viver (...)" (Gervaise *apud* Harrigan, 2008: 121).

Até o momento, considerou-se a narrativa como uma construção atrelada apenas à experiência de viagem. Ou seja, como uma elaboração concomitante ou posterior à viagem. Mas, é possível que o viajante já possuísse um tema eleito –algo que gostaria de ressaltar– antes da viagem. Tomemos os exemplos de autores que rumaram para a “Terra Santa”. O que exploravam esses viajantes, senão as ruínas dos lugares sobrepuidos pelo poder otomano e a conseqüente decadência dessas sociedades, outrora, compostas pela “grandiosidade” dos Impérios grego e romano?

Há narrativa que não diz palavra sobre os elementos muçulmanos desses lugares. É certo que se deve ter em conta o cunho peregrinatório de muitas dessas viagens. Aquela feita por Charles de Saint-Germain, em 1660, é guiada pela afeição cristã de seu autor. E o resultado é uma descrição de um devoto, que se emociona nos lugares santos do cristianismo (Harrigan, 2008: 147). Não se pode dizer o mesmo, contudo, do barão Henry de Beauvau. Sua viagem ao Império turco, iniciada em 1604, com passagem por Jerusalém, tem um caráter profundamente religioso. O autor chega, inclusive, a conclamar os príncipes cristãos a se unirem na reconquista de Jerusalém, como dito acima (Beauvau, 1610: 151-152).

Esses fatores apriorísticos podem ser determinados no confronto entre as narrativas. Pois, nesses casos, as intenções religiosas, políticas, etc. dos viajantes se sobrepõem ao relato mesmo da viagem. Essa constatação só seria possível se assumíssemos uma certa homogeneidade em relação ao percurso, ao modo de fazer narrativo. Aqui, trata-se menos de uma metodologia do que de uma forma de narrar os eventos. Se os viajantes e seus leitores reconheciam tais narrativas como literatura de viagem, então, havia princípios de ordem organizacional que as orientavam.

A narrativa era feita através da marcação dos eventos, e, dentro deles, dos personagens. É possível dizer que a importância dada aos personagens políticos era grande. Mas, isso não significava o esquecimento de personagens comuns, agentes sociais. Afinal, uma vez que o viajante se propunha a tarefa de examinar os costumes cotidianos de um povo, isso era feito, em boa medida, referindo-se a todo o grupo social, e não apenas aos atores políticos.

A construção textual contava, então, com uma ordenação, que apontava a sequência de eventos, e, ao mesmo tempo, explicava, argumentava, refletia sobre tais acontecimentos. Aqui, parece razoável usar a análise de Ricoeur, que não enxerga na narrativa uma separação expressa entre *descrever* e *explicar*. Em suas palavras, “explicar porque alguma coisa aconteceu e descrever o que aconteceu coincidem” (Ver Ricoeur, 1994: 212). Nesse sentido, a narrativa precisa ser encarada como um todo, que sustenta os argumentos,

exibe a ligação entre eles e expressa suas conclusões, a partir desse cenário apresentado.

Esse processo de construção textual lidava, portanto, com descrições e explicações, sem que se fizesse, necessariamente, a separação expressa entre os dois atos. Como escreve Kaplan, “dar uma interpretação não é apenas entender e explicar uma experiência, mas também falar ou escrever e expressar um entendimento ou uma elucidação” (Kaplan, 2003: 9). Nesse caso, poderemos enxergar na narrativa a mobilização de elementos da experiência do viajante, assim como de informações externas a ela.

Isso significa que os viajantes não eram observadores puros de suas experiências – e da experiência de outros personagens. Mas, por outro lado, indica também que havia, no ato de descrever, um esforço conjunto por elucidar os contornos do evento descrito. E os eventos ali relatados esboçavam, com maior ou menor grau de reflexão, explicações possíveis sobre suas causas e efeitos. Se muitas narrativas de viagem ainda eram incipientes, no tocante a uma história-problema, isso não equivale afirmar que careciam de uma análise teórica sobre os eventos presenciados. Mas, ainda que seja desse modo, é possível enxergar na narrativa de viagem, em comparação ao trabalho historiográfico, ao menos, três eixos de diferenciação: o tratamento dado a um fato próximo; a abordagem dos eventos e o caráter fragmentário do texto.

Como afirmado acima, o tempo da narrativa se constrói, quase inteiramente, sobre o tempo dos eventos vividos, dentro de uma marcação histórica. Não havia nas narrativas de viagem, de outro modo, um remanejamento desse tempo a um processo de interrogação e problematização, no sentido usado pela Escola dos *Annales* (Burke, 1993). Ou seja, o tempo histórico, aqui, é entendido como imanente à ação, e não é submetido, por conseguinte, a uma verificação teórica, que buscasse operar no entrecruzamento das ações dos agentes, das causas e da extensão temporal além do evento mesmo. A compreensão de um evento estava na sua própria descrição. E, uma vez que o narrador era a testemunha de tal extensão factual-temporal, não havia o esforço de se ausentar da narrativa. Ao contrário, ela mesma se construía a partir da voz e dos desígnios do viajante-narrador.

Dentro dessa sistematização teórica das experiências vividas, o segundo elemento de diferenciação ganha corpo. A explicação de um acontecimento se dava através da sucessão de episódios vividos e/ou verificados na sociedade visitada. Isso equivalia a isolar o evento, dentro do espaço-tempo em que ele ocorria, e retomá-lo dentro da narrativa. Essa forma de encarar as experiências recolhidas na viagem minimizava, sobremaneira, a participação de personagens sociais coletivos.

Se, como nos fala Ricoeur, a narrativa concede destaque aos indivíduos, temos, como consequência, o caráter pálido das ações coletivas. Ocorre que a narrativa de viagem tratava seus personagens dentro de

dois blocos. Havia os indivíduos políticos, para os quais o texto se voltava, e a partir dos quais o relato era conduzido; e os grupos sociais, anônimos, por assim dizer, aos quais pouca importância era atribuída dentro do fazer histórico. Como resultado, tem-se um quadro, aparentemente desvinculado do restante da sociedade, que deve ser entendido em si mesmo, ou, no caso de algumas narrativas, em consonância com os outros quadros apresentados.

Isso contribui, fatalmente, para a consolidação do nosso último elemento: o caráter fragmentário da narrativa de viagem. Formalmente, os eventos eram isolados em capítulos, ou em períodos vividos numa cidade, ou numa região. No que compete ao estatuto epistemológico das narrativas, o trabalho de organização compreensiva sobre os eventos não ultrapassa as fronteiras de cada elemento, ali, contornado. Isto é, podem-se presenciar inúmeras variáveis, sem que possamos, de outro modo, estabelecer entre elas um fio de continuidade necessária. É o que Ricoeur nomeou de *intriga*, para conceituar esse “dinamismo integrador”, que permite transformar uma história de acidentes, numa “história una e completa” (Carvalho, 2003).

DAS IMAGENS

Considerando as circunstâncias em que as narrativas de viagem eram elaboradas, é possível que elas abrissem espaço a uma criação imaginativa dos eventos, fosse essa parcial ou completamente desapegada da experiência empírica. Faz-se necessário uma ressalva entre a imaginação do viajante e a possível imaginação, no trabalho do historiador. Os viajantes, por definição, haviam presenciado os eventos, que, depois, narravam em suas obras. O historiador, na grande maioria das vezes, não presencia os eventos por ele analisados. O que implica um esforço de reconstrução de tais eventos.

Para entendermos a formação de imagens autônomas, dentro das narrativas de viagem, e sua circulação, será preciso considerar dois princípios. O primeiro deles é enunciado por Castoriadis, quando ele afirma que “a sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total” (Castoriadis, 1982: 152). Ou seja, as imagens criadas nas narrativas possuíam algum vínculo com o que já existia antes. Esses vínculos podem ser encontrados tanto em textos mesmo, quanto em tradições orais, iconográficas, mitológicas. Isso nos permitirá afirmar que, embora determinada imagem possa ser inédita, dentro de uma narrativa, ainda assim, ela manterá uma relação com o conjunto de representações esboçado anteriormente.

Para funcionar dessa maneira, não seria possível contar, somente, com as representações suscitadas no indivíduo. Em outras palavras, as imagens formadas na psique, como quer Castoriadis, não podem ser o único espaço de manifestação de tais imagens, sob pena de não se conseguir captá-las. Se não houvesse elementos que extrapolassem a narrativa, não haveria razão para pensar num imaginário. Eis o nosso segundo princípio: as representações podem ser apreendidas, em algum momento de sua duração temporal, e os símbolos nos quais elas se colam devem ter um caráter público.

Sendo dessa forma, teríamos dois espaços de ordenação das imagens, que se influenciam mutuamente: a constituição interna da narrativa e o ambiente social em que essa circula. O viajante-narrador tanto organiza representações *imaginárias* sobre o harém, quanto as constrói dentro de um cenário que também elabora tais imagens. Não há uma relação hierárquica e exclusiva entre a narrativa e a sociedade. A primeira não se faz de forma isolada da segunda; e essa consome, comprovadamente, as seguidas publicações fornecidas pela primeira.

O apontamento de imagens não-reais, criadas pelo viajante-narrador, não deve ser situado no patamar do implausível. Afinal, uma afirmação, ainda que totalmente desvinculada de uma experiência testemunhal, poderia soar como plausível. A título de exemplo, pode-se mencionar o número de mulheres vivendo no serralho do soberano turco. O viajante francês Louis Deshayes de Courmenin, em viagem feita ao Império turco, em 1621, afirmava, na primeira edição de seu livro, que o número de mulheres, no harém real, poderia ultrapassar as trezentas. Na terceira edição, de 1645, ele dirá que elas eram “mais de trezentas”⁶.

Mesmo havendo a possibilidade de essa soma ser significativamente maior do que o verificado, o valor expresso por Courmenin poderia ser tomado como plausível. Isso era possível porque, dentro da sociedade em que tal narrativa circulava, os leitores possuíam elementos de aceitação para esse dado. O que significa afirmar que, para os europeus do XVII, a sociedade árabe-islâmica cabia dentro de um quadro, em que um soberano poderia dispor de centenas de mulheres. Informação essa que não teria a mesma aceitação, caso fosse remetida às sociedades americanas do mesmo período.

Courmenin fez, ainda, diversas alterações em sua narrativa, a partir da segunda edição. Mas, como nos lembra Harrigan, ele não fizera outra viagem ao Império turco, que justificasse tantas mudanças. De modo que esse exemplo nos mostra que as imagens dialogavam com a sociedade europeia, e estavam sujeitas, portanto, às vicissitudes do tempo e às transformações dessa sociedade. É a consolidação dessas

⁶ Sobre o número de mulheres no serralho, ver, respectivamente (Courmenin, 1624: 148 e 1645: 160).

camadas –de textos e de agentes sociais– que se sobrepõem e sustentam as informações sobre o harém oriental.

Para afirmar que um determinado grupo de representações sintetizava o pensamento europeu dos seiscentos, em relação ao harém, seria preciso considerar certa uniformidade nas imagens, e uma extensão temporal que sustentasse tal acomodação representativa. Ou seja, seria preciso encontrar a circulação de tais imagens para além da narrativa, e um alcance que se estendesse ao século seguinte, ou mesmo a um período posterior. Isso não equivale a pensar que o imaginário permaneça imóvel, ao longo de um período relativamente amplo. As modificações aí operadas são sintomas da conexão estabelecida entre as imagens e a sociedade que as produz.

O imaginário é, portanto, produto de uma sociedade, e, como tal, é suscitado pelos indivíduos, objetos e símbolos aí disponíveis. Importante notar que não se trata o imaginário da soma das representações individuais. Mas, de uma manifestação, que é representativa e simbólica, e que ultrapassa cada indivíduo. É nesse sentido que podemos fazer uso das narrativas de viagem. Embora as representações sejam encontradas num viajante-autor, em particular, o imaginário verificado nesse momento transcenderia seu texto, ganhando um significado social.

Num momento em que as publicações textuais cresciam significativamente na Europa, é certo que os viajantes sabiam do poder sustentado por seus textos. Muitos deles faziam dedicatórias a seus reis, o que poderia lhes render a possibilidade de publicá-los rapidamente. Nessas condições, as imagens que circulavam em suas narrativas poderiam ser, apenas, uma forma de entretenimento para seu público, mas, tinham a possibilidade também de responder sobre o momento político, diplomático, econômico vivido pelos europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A quantidade expressiva de narrativas de viagem, produzidas ao longo do século XVII, colocou-nos o problema de (a) a veracidade de suas informações, e (b) o espaço de criação imaginária dos eventos. As narrativas empenhavam-se, constantemente, em se diferenciar dos textos ficcionais, e uma das razões que moviam tal comportamento era a anuência do seu público-leitor. Essa necessidade de aprovação –para além do desejo de vender exemplares– pode ser encontrada nas funções desempenhadas por cada um desses viajantes, inseridos que estavam num cenário de interesses variados.

Ainda que possamos acreditar em Vincent Le Blanc (1554-1640?), que viajou pelas “quatro partes do mundo”, e afirmava que alguns sábios da Antiguidade visitavam povos distantes para se “aperfeiçoar nas verdades da Moral”, outros, nas “máximas da Política”, e todos para “aprender a viver bem” (Harrigan, 2008:107), é provável que essas narrativas guardassem intenções diretamente ligadas a monarquias europeias, e/ou a interesses de favorecimento pessoal.

Os seus objetivos não impediram, contudo, que seus autores elaborassem um modo de fazer textual, que poderia tanto diferenciar tais narrativas de outros textos, quanto situá-las num gênero particular. Se as suas experiências empíricas precisaram, com recorrência, ser justificadas diante do público e de “críticos”, não se fez preciso, de outro modo, alegar que essa produção sistemática poderia ser inserida num novo gênero.

Para que fosse desse modo, o viajante precisaria considerar a sua experiência, a ação dos personagens vistos, lidar com o tempo vivido, e transformar esses elementos num texto coeso, e passível de ser lido como *verdadeiro*. Se pouco há, aqui, de problematização acerca dos eventos, e, de outro modo, a persistência de uma visão personalista dos acontecimentos, não é possível negar o esforço em descrever e ordenar tais eventos, inserindo aí explicações possíveis, aos olhos de quem estava envolvido com a situação relatada.

Por fim, as narrativas de viagem, em meio à discussão sobre a autenticidade de seus fatos, levanta o problema da criação de informações sobre as sociedades visitadas. Como o harém, esse espaço de convívio feminino, era, por excelência, o lugar mais guardado do palácio, as referências sobre ele poderiam levantar dúvidas. Criações imaginárias sobre esse espaço poderiam se estabelecer entre os eventos presenciados, e o resultado poderia ser um conjunto de representações, delimitadas, numa extensão temporal, circulando pela sociedade europeia.

É possível encontrar referências sobre o harém em várias narrativas de viagem do século XVII. E pode-se verificar, em igual medida, o processo de alterações que esse tema sofreu, pelos próprios autores, em edições subseqüentes à primeira publicação, e, da mesma maneira, a recorrência de determinadas informações, em vários desses viajantes.

Talvez, seja precipitado por ora acreditar numa manipulação expressa de tais informações, pelos viajantes. Mas, é razoável pensar que as narrativas não são obras isoladas, e dialogaram com outros objetos sociais –sejam esses institucionais ou simbólicos– ao longo de sua produção. Desse modo, os textos, aliados a agentes sociais e a representações anteriormente presentes, parecem formar um sistema relativamente

equilibrado de produção de imagens. É preciso se perguntar, então, sobre o quão deturpado e persistente esse imaginário se revelou.

BIBLIOGRAFIA

- Adams, P. G. (1983). *Travel literature and the evolution of the novel*. Kentucky: The University Press of Kentucky.
- Barros, J. D'A. (s/d). Imaginário, Mentalidades e Psico-História – uma discussão historiográfica. *Revista eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário, Labirinto*. <http://www.cei.unir.br/artigo71.html> 15 de outubro de 2011.
- Beauvau, H. (1610). *Relation iournaliere du Voyage du Levant*. Toul: François du Bois, Imprimeur du Roy, 2ª edição.
- Biddulph, W. (1609). *The Travels of certaine Englishmen into Africa, Asia, Troy, Bithnia, Thracia, and to the Blacke Sea*. London: Printed by Th. Haueland.
- Borchert, D. M (Ed.). (2006). Empiricism. *Encyclopedia of Philosophy*. 213-221. United States of America: Thomson Gale.
- Burke, P. (1997). *Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp.
- (2010). *A cultura popular na Europa Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho, I. C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes Antropológicos*. Nº 19. vol. 9. Porto Alegre, julho 2003. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832003000100012 23 de fevereiro de 2012.
- Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Chacham, V. (2002). *A presença da imaginação histórica na narrativa de viagens: Oriente, Brasil, século XIX*. Tese de Doutorado não publicada. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- Courmenin, L. D. (1624 e 1645). *Voiage de Levant, fait par le Commandement du roy*. Paris: Chez Adrian Taupinart.

Harrigan, M. (2008). *Veiled encounters: representing the Orient in 17th-century French travel literature*. Amsterdam/New York: Rodopi.

Kaplan, D. M. (2003). *Ricoeur's Critical Theory*. New York: State University of New York.

McCabe, I. B. (2008). *Orientalism in early modern France: Eurasian trade, exoticism, and the Ancient Régime*. Oxford/New York: Berg Publishers.

MacLean, G. M. (2004). *The Rise of Oriental Travel*. English Visitors to the Ottoman Empire. 1580–1720. Hampshire: Palgrave.

Pouillon, F. (2008). *Dictionnaire des orientalistes de langue française*. Paris: Karthala.

Requemora, S. (2002). L'espace dans la littérature de voyages. *Études littéraires*, vol. 34, n° 1-2, 2002, pp. 249-276.

Ricoeur, P. (1994). *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas – São Paulo: Papirus.